

PCdoB65
BAHIA

PLATAFORMA ELEITORAL

Juntas na construção de cidades
democráticas e sustentáveis





sumário

Organizadores	pg.1
Apresentação	pg.2
Direito a cidade	pg.3
Saúde	pg.8
Educação	pg.13
Trabalho, emprego e renda	pg.19
Cultura	pg.26
Meio ambiente e crise climática	pg.29
Segurança pública e direitos humanos	pg.33
Deixe sua proposta aqui!	pg.37



**Elvia
Magalhães**

Secretária de
Mulheres do
PCdoB /BAHIA

"Uma cidade democrática e humana é aquela que reconhece e valoriza as mulheres, suas necessidades e seus direitos. Esta plataforma é um convite às mulheres para entenderem, reivindicarem e contribuírem com a construção de cidades que verdadeiramente lhes pertençam, onde possam viver e prosperar com dignidade e liberdade. Um compromisso com a inclusão, o respeito e a equidade."

"A luta de ideias é central para transformar a sociedade. Nossa plataforma reflete o compromisso com propostas concretas e avançadas, apresentando uma visão clara do futuro que queremos construir, baseada na justiça social e na igualdade de gênero. Este documento é um passo essencial que o PCdoB Bahia dá para o alinhamento das ações do partido com as aspirações das mulheres e fortalecimento da luta por uma sociedade mais justa e democrática".



**Déborah
Irineu**

Secretária de
Formação
e Propaganda
do PCdoB/BAHIA.



**Daniele
Costa**

Vice-presidente do
PCdoB/BAHIA e
Secretária Nacional
de Mulheres

"A luta feminista é permanente atravessando diversas gerações que defendem uma sociedade livre de todas as formas de opressões promovidas pelo sistema capitalista. Esperançar é nosso desafio, e é fundamental ter uma plataforma eleitoral por cidades democráticas e inclusivas para todas as mulheres em sua diversidade."

"As eleições, na atual quadra política, são dos mais importantes momentos na luta de classes no país, período em que as forças políticas apresentam suas propostas para o povo. O PCdoB da Bahia vai defender, como sempre, cidades mais humanas, inclusivas e democráticas."



**Galindo
Luma**

Presidente do
PCdoB/BAHIA.

APRESENTAÇÃO

Em 2022, o Brasil contava com uma população de 109,5 milhões de mulheres, sendo 7,7 milhões delas na Bahia, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Apesar de sermos maioria do eleitorado, a representação feminina na política ainda é alarmantemente baixa. Dos 5.570 municípios brasileiros, somente 641 têm prefeitas e apenas 45 cidades brasileira têm maioria de vereadoras nas câmaras municipais. Informações do site “De Olho nas Urnas” revelam que nas eleições municipais de 2020 apenas 33,5% das candidaturas eram de mulheres e as eleitas representaram apenas 15,8%. Deste total, 59,6% eram brancas, 38,7% pretas ou pardas e 0,5% indígenas.

É urgente efetivar a participação social das mulheres, incorporando rostos, corpos e experiências diversas e representativas.

As desigualdades territoriais nas cidades brasileiras são gritantes. O acesso à infraestrutura urbana e aos serviços públicos é majoritariamente concentrado nas áreas ocupadas pela população de maior renda. Essa concentração de investimentos favorece determinados grupos em detrimento de outros. Sabemos que as cidades refletem as relações sociais e, em uma sociedade machista e patriarcal, o espaço urbano manifesta desigualdades como estas.

Para combater tais desigualdades é preciso considerar as dimensões de gênero, raça, classe e orientação sexual, pois as mesmas atravessam nossa vivência do espaço urbano, somando camadas de opressão que se combinam e entrecruzam, agravando a segregação socioeconômica e espacial. Construir um olhar interseccional sobre as cidades é um desafio urgente na contínua construção de espaços inclusivos.

Diante desses desafios, a nossa plataforma eleitoral propõe, de forma colaborativa, políticas que atendam às necessidades das mulheres no espaço urbano, organizadas em sete eixos: Direito à Cidade, Saúde, Educação, Trabalho, Emprego e Renda, Cultura, Meio Ambiente e Crise Climática, Segurança Pública e Direitos Humanos, todas com foco na igualdade de gênero.

Esta plataforma não apenas orienta os programas de governo, mas também fortalece as bandeiras de candidatos e candidatas que se empenham na luta emancipacionista. Vamos transformar nossas cidades em lugares onde as mulheres exerçam plenamente seus direitos e contribuam para um futuro melhor.

DIREITO À CIDADE

Abrange o acesso igualitário a uma série de direitos sociais fundamentais para todos/as os/as cidadãos e cidadãs. Isso inclui o direito à terra urbana, moradia digna, saneamento básico, infraestrutura adequada, transporte acessível, oportunidades de trabalho, lazer e serviços públicos de qualidade. No entanto, a experiência urbana pode variar significativamente entre diferentes grupos sociais, especialmente para as mulheres, que enfrentam desafios específicos no espaço urbano.

Esses desafios incluem o acesso desigual à moradia e serviços essenciais, especialmente em áreas periféricas. A falta de infraestrutura adequada, como saneamento e transporte público, impacta diretamente a qualidade de vida das mulheres, que muitas vezes são responsáveis por conciliar o trabalho com as tarefas domésticas. Além disso, a falta de espaços de lazer e áreas verdes nas proximidades de suas residências limita as oportunidades de socialização e descanso, afetando a saúde e o bem-estar.

A organização das cidades brasileiras muitas vezes reflete e reforça desigualdades sociais, raciais e de gênero. A segregação espacial, que empurra populações de baixa renda e majoritariamente negras para áreas distantes dos centros urbanos, dificulta o acesso a serviços e oportunidades. Para as mulheres, esta segregação é ainda mais evidente, pois elas enfrentam uma série de obstáculos, desde a insegurança até o acesso limitado a serviços

O Estatuto da Cidade (Lei n. 10257/2001) estabelece que todas/os têm o direito a uma cidade que seja justa, inclusiva e sustentável. Para garantir este direito é preciso promover políticas públicas de forma integrada e com a participação ativa das mulheres. Isso inclui a criação de espaços públicos seguros e acessíveis, políticas de habitação que atendam às necessidades específicas da população feminina e um transporte público eficiente que conecte todas as áreas da cidade.

A participação das mulheres no planejamento e gestão das cidades é fundamental para assegurar que suas demandas e perspectivas sejam levadas em consideração. Ao incluir as mulheres no processo de tomada de decisão, é possível construir cidades que não apenas atendam às necessidades básicas de todos/as os/as cidadãos e cidadãs, mas que também promovam a igualdade de gênero e o empoderamento feminino.

Para enfrentar esses desafios e promover uma cidade mais justa e inclusiva é fundamental incorporar questões como estas nas plataformas eleitorais. A seguir, apresentamos algumas propostas que podem ser consideradas para garantir o direito à cidade para todas as pessoas, especialmente as mulheres.



- Aplicação rigorosa do Estatuto da Cidade e da Metr pole, assegurando que os municípios sejam obrigados por lei a desenvolverem Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado e planos auxiliares. Estes planos devem ser elaborados com base na realidade local, considerando as especificidades das cidades, aglomerados urbanos, regiões metropolitanas, e não apenas como condi o para a obten o de verbas proporcionais   popula o.
- Aumento dos investimentos públicos no transporte coletivo para garantir um serviço eficiente e acessível a toda a popula o.
- Defesa da tarifa zero e da reestatiza o do sistema de transporte coletivo. Como medida imediata, implementa o do passe livre irrestrito para estudantes e pessoas desempregadas.
- Desenvolvimento de um plano de transporte baseado em fontes de energia alternativas, visando   redu o das emissões de poluentes atmosféricos e sonoros.
- Melhorias na acessibilidade, assegurando que pessoas com deficiência possam se deslocar com autonomia e segurança.
- Amplia o da largura das calçadas para acomodar pedestres, carrinhos e bicicletas, e cria o de mais ciclovias para incentivar o uso seguro de bicicletas como meio de transporte.
- Desapropria o de imóveis ociosos em áreas centrais para a cria o de moradias populares, priorizando mães solo, mulheres em situa o de violência e pessoas em situa o de rua.

- ✿ Aplicação da Lei Federal de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (Lei 11.888/2008), com a criação de fundos autônomos nos municípios e conselhos de habitação. A lei deve garantir terras para habitação conforme os marcos legais estabelecidos.
- ✿ Implantação de equipamentos comunitários como restaurantes populares, cozinhas coletivas, hortas urbanas e lavanderias públicas. Estes espaços ajudam a reduzir a carga de trabalho doméstico, fornecem opções de alimentação acessível e promovem a autonomia econômica e social.
- ✿ Criação de Vilas para pessoas idosas, que são instituições de longa permanência destinadas a garantir cuidados adequados e qualidade de vida.
- ✿ Desenvolvimento de programas de moradia, aluguel social e abrigos para pessoas LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade, incluindo aquelas expulsas de casa, envolvidas na prostituição ou em situação de rua.
- ✿ Promoção da arquitetura efêmera para responder a situações emergenciais, como a construção de equipamentos sociais temporários durante pandemias e unidades habitacionais para vítimas de desastres naturais e crises econômicas. Prioridade deve ser dada a mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade social.
- ✿ Implementação de políticas municipais para criar certificados de "espaços livres de preconceito" em estabelecimentos públicos e privados e punição para espaços que tenham práticas preconceituosas.



- Estabelecimento de programas de combate à gentrificação e assistência integral às pessoas em situação de rua, incluindo abrigos com atendimento interdisciplinar e políticas de locação social para garantir moradia digna.
- Expansão do saneamento básico, com foco em áreas periféricas, para garantir acesso a água potável, esgotamento sanitário e coleta de resíduos, promovendo saúde e qualidade de vida para todas as famílias.
- Criação de espaços de lazer e áreas verdes em todas as regiões da cidade, assegurando o direito ao lazer e ao convívio social, especialmente para mulheres e crianças, contribuindo para a qualidade de vida urbana.

As mulheres, que compõem mais da metade da população brasileira, são as principais usuárias dos serviços públicos de saúde e desempenham papel crucial na formulação de políticas para o setor. Embora nasçam mais meninos do que meninas, elas vivem mais e têm uma demanda maior por serviços de saúde. A atenção especial às mulheres em idade fértil, entre 10 e 49 anos, é essencial, devido às suas necessidades de saúde específicas.

O Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) em 1984 e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) em 2004 foram avanços significativos na busca por melhores condições de vida e saúde das mulheres em todo o Brasil. Essas políticas visam garantir direitos, promover acesso a serviços de saúde e assegurar a assistência necessária para a promoção e recuperação da saúde feminina.

No entanto, desafios persistem. As mulheres representam cerca de 60% das internações no SUS, e em 2022, na Bahia, a taxa de mortalidade por câncer entre a população feminina foi preocupante, com 87,9 óbitos a cada 100 mil mulheres. Câncer de mama e de colo do útero são as principais causas de morte, além de condições como tuberculose, diabetes e HIV.



SAÚDE



A gestação, o parto e o puerpério exigem cuidados específicos para garantir a saúde materna e infantil. O pré-natal é fundamental para prevenir e tratar problemas de saúde durante a gravidez. Apesar da recomendação de pelo menos seis consultas no pré-natal e uma no puerpério, a realidade é que muitas mulheres ainda não têm acesso completo a estes cuidados.

Para promover cidades mais democráticas e inclusivas para as mulheres, é vital fortalecer as políticas de prevenção e cuidado, incluindo a saúde sexual e reprodutiva, o acesso a serviços de saúde mental e a equidade na assistência. A participação ativa das mulheres nas decisões de saúde, a criação de infraestrutura adequada e a capacitação dos profissionais da área são fundamentais para garantir que todas as mulheres recebam cuidados adequados e respeitosos.

Seguem propostas que podem ser incorporadas às plataformas eleitorais para enfrentar desafios com estes e avançar na construção de um sistema de saúde mais inclusivo e equitativo para todas as mulheres.

- Encerramento das Organizações Sociais e da terceirização na saúde.
- Investimento em infraestrutura nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), garantindo recursos materiais, tecnologias adequadas, equipamentos e insumos suficientes, com controle efetivo e democrático dos territórios por meio dos conselhos gestores.
- Expandir e fortalecer a rede de Atenção Primária à Saúde (APS) para garantir que todas as mulheres, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade, tenham acesso a serviços de saúde abrangentes. Isso inclui atendimento ginecológico, obstétrico, saúde mental e saúde sexual e reprodutiva.
- Garantir atenção integral aos direitos das mulheres, com amplo acesso ao planejamento familiar, incluindo programas de fornecimento de contraceptivos e garantia do direito ao aborto seguro nos casos permitidos por lei. Integração do planejamento reprodutivo ao Programa Saúde da Família.
- Aumento das equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF) e cobertura de 100% nas áreas de alta vulnerabilidade social, com base nos dados populacionais e epidemiológicos das regionais de saúde.
- Valorização da rede obstétrica municipal, implementando atendimento pré e neonatal integral, com:
 - i. Preparação para o parto humanizado pelo SUS;

ii. Ampliação de concursos públicos para profissionais e criação de novas casas de parto;

iii. Acompanhamento contínuo por equipe multidisciplinar do SUS, focando no cuidado clínico, nutricional e psicológico da gestante e da criança.

iv. Ampliar a cobertura das 7 consultas de pré-natal.

✿ Programa de qualificação profissional para eliminar a violência obstétrica e reduzir a mortalidade materna, especialmente entre mulheres negras, com um plano de atenção diferenciada para o pré e neonatal.

✿ Qualificação dos/as trabalhadores/as de saúde com formação continuada sobre racismo, discriminação sexual e de gênero.

✿ Implementação de Políticas de Saúde Inclusivas para a População LGBTQIAPN+. Desenvolver e garantir o acesso a serviços de saúde específicos para a população LGBTQIAPN+, incluindo programas de saúde mental, com foco no apoio psicológico e prevenção ao suicídio, acesso facilitado a tratamentos hormonais e cirurgias de afirmação de gênero, além de prevenção e tratamento de ISTs. Implementar políticas de prevenção e combate à violência e discriminação no ambiente de saúde, assegurando que todas as pessoas recebam atendimento seguro e acolhedor, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual.



Capacitação dos agentes comunitários de saúde para identificar e orientar casos de violência contra a mulher durante visitas domiciliares.



Programa de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST), com campanhas permanentes de informação e integração ao planejamento da Secretaria Municipal de Educação para acesso a métodos contraceptivos e profiláticos.



Ampliação da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS com investimento e valorização dos profissionais na Rede de Atenção à Saúde Mental, incluindo Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS), Serviços Residenciais Terapêuticos e unidades de acolhimento, em defesa da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial. Ampliação dos CAPS para atender demandas por suporte psicológico, especialmente para mulheres vítimas de violência, e inclusão de serviços específicos para tratar depressão pós-parto, transtornos de ansiedade e outras questões de saúde mental feminina.



Reabilitação e Apoio para Mulheres com Dependência Química: Estabelecer programas de reabilitação específicos para mulheres quimiodependentes, incluindo apoio psicológico, social e reintegração no mercado de trabalho.



Políticas públicas para garantir acesso à higiene menstrual, com dotação orçamentária específica para o cumprimento da Lei n. 14.214/2021, assegurando a distribuição de absorventes em unidades de saúde, escolas municipais e centros de assistência social.

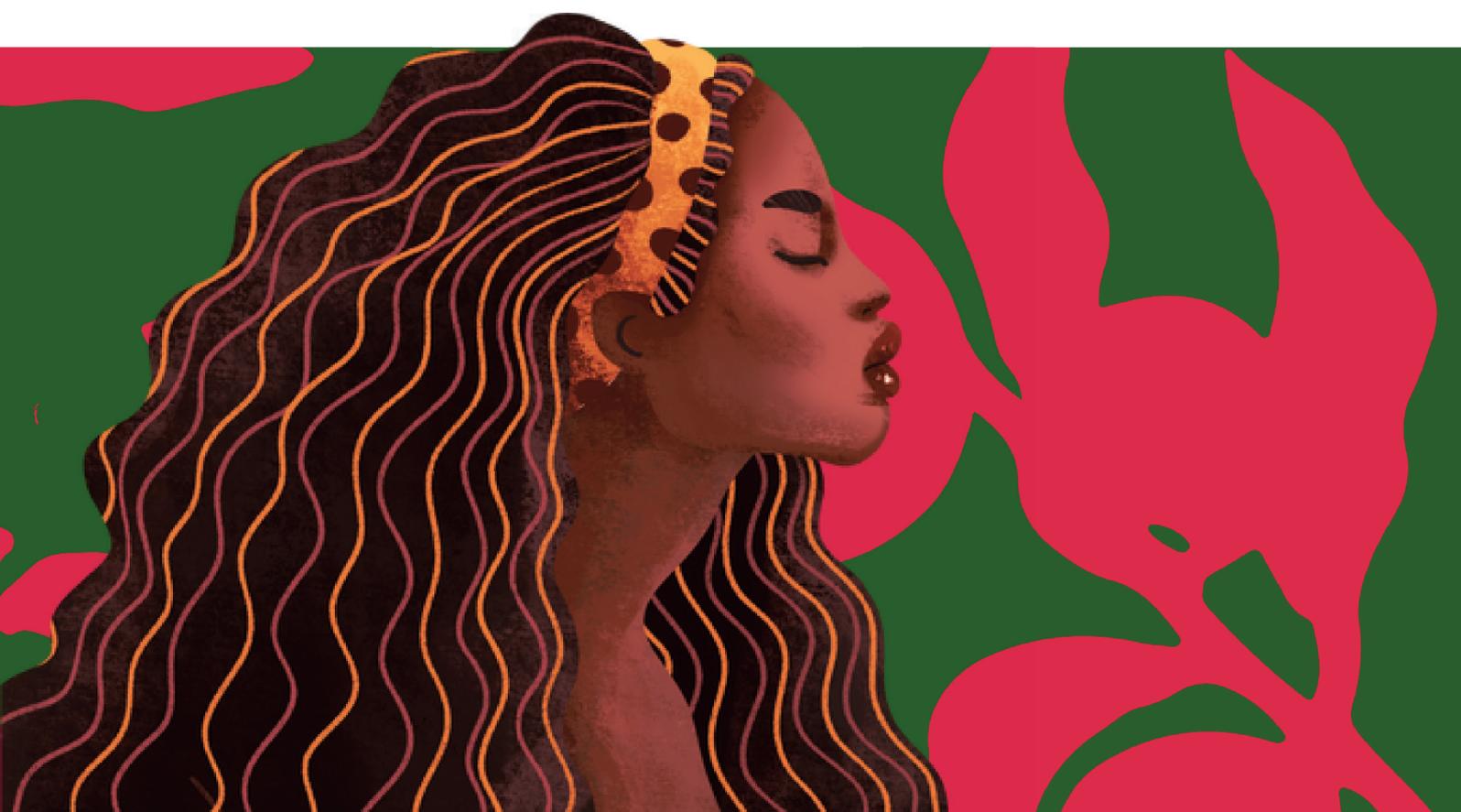
- ✿ Garantia do acesso a medicamentos na Rede Municipal;
- ✿ Ampliação do acesso a exames preventivos de câncer de mama e colo do útero, garantindo tratamento adequado em tempo hábil.
- ✿ Fortalecimento da participação social, apoiando o Conselho Municipal de Saúde e promovendo a participação, principalmente do movimento negro, nos conselhos e espaços de controle social de saúde. Implementação de mecanismos de monitoramento e avaliação das políticas de saúde voltadas para mulheres, com participação ativa de organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

EDUCAÇÃO

A Bahia registrou pelo menos 13.751 casos de violência contra a mulher em 2023, conforme dados divulgados pela Polícia Civil da Bahia (PC-BA), coletados entre 1º de janeiro e 15 de outubro. Estes números evidenciam a persistência da violência contra mulheres, crianças e adolescentes no estado, ressaltando a necessidade urgente de medidas eficazes para enfrentar esta grave questão social. Apesar dos avanços obtidos com a Lei Maria da Penha, que tipificou diferentes formas de violência e impôs medidas protetivas, os crimes de violência doméstica e familiar ainda ocorrem de maneira alarmante. Isso demonstra a importância de buscar soluções em diversos setores da sociedade, com a escola desempenhando um papel crucial nessa transformação.

A Educação tem o potencial de formar indivíduos conscientes e transformadores, contribuindo para uma sociedade mais igualitária e respeitosa. A escola deve não apenas transmitir conhecimento, mas também promover valores sólidos de respeito à dignidade humana e igualdade de gênero. Reduzir a desinformação e combater preconceitos e desigualdades são essenciais para diminuir a violência e melhorar as condições de vida das mulheres. Apesar das crises e desafios enfrentados, a escola continua sendo um ambiente estratégico para influenciar positivamente a sociedade. Investir em ações socioeducativas nas unidades de ensino das redes municipais é fundamental para criar projetos inovadores e socialmente relevantes, reconhecendo o papel transformador da Educação na construção de uma sociedade mais justa e respeitosa.

A Educação é essencial para oferecer às mulheres oportunidades de emancipação e crescimento pessoal e profissional. Creches e escolas de qualidade garantem o desenvolvimento infantil e permitem que as mães trabalhem e estudem, contribuindo para a melhoria de suas condições de vida e para uma sociedade mais equitativa.



No entanto, a situação educacional na Bahia apresenta desafios significativos. O estado lidera os índices de analfabetismo, com 1,4 milhão de pessoas incapazes de ler e escrever. É a 9ª maior taxa do Brasil, segundo o IBGE. Além disso, a Bahia tem um dos piores índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do país, evidenciando a necessidade urgente de reformas e investimentos na Educação.

A Educação inclusiva também enfrenta situação crítica. Na Bahia, de acordo com o IBGE, 67,6% das pessoas com deficiência maiores de 25 anos não completaram o Ensino Fundamental em 2022. Muitas mães precisam acompanhar seus filhos com deficiência na escola devido à falta de Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADI), o que destaca a necessidade de mais suporte e recursos para garantir uma Educação inclusiva e acessível a todos e todas.

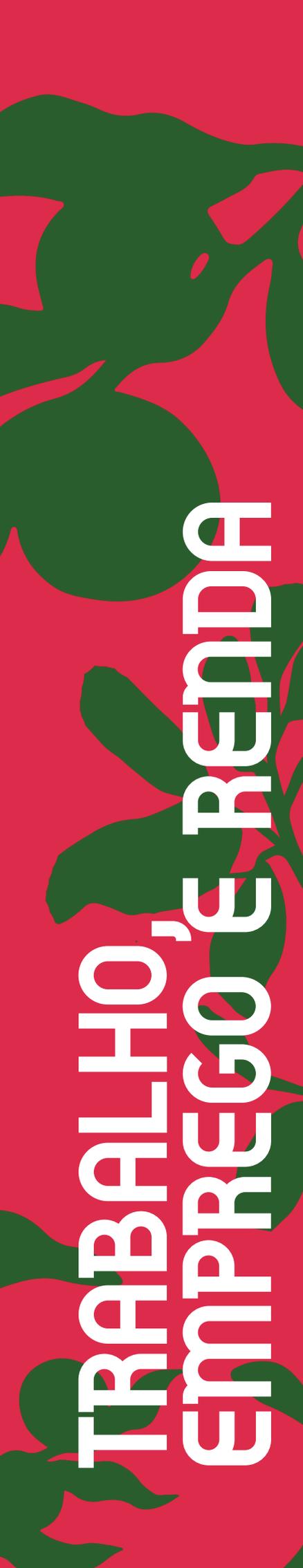
Além disso, a valorização dos/as profissionais da Educação, categoria composta majoritariamente por mulheres, é crucial. Na Bahia, apenas 146 dos 417 municípios cumprem integralmente a Lei 11.738/2008, que estabelece o piso salarial dos professores. A falta de investimentos e reconhecimento para a carreira docente compromete a qualidade do ensino e a motivação dos/as educadores/as. Garantir uma remuneração justa e condições de trabalho adequadas é essencial para que os profissionais da Educação possam cumprir seu papel vital na formação de cidadãos e cidadãs críticos/as e conscientes.

Por isso, lutaremos para:

- ✿ **Garantir creches e ensino fundamental públicos e em tempo integral:** Eliminar a fila por vagas na Educação infantil para crianças até 5 anos e ampliar o horário de funcionamento dos Centros de Educação Infantil (CEIs) e similares.
- ✿ **Investir e valorizar a Educação de Jovens e Adultos (EJA):** Assegurar que a demanda por esta modalidade de ensino seja atendida próximo à residência ou local de trabalho das alunas/os. Implementar programas de alfabetização voltados para mulheres, com incentivos para a continuidade dos estudos até o nível universitário.
- ✿ **Garantir qualidade nutricional e amplo alcance da merenda escolar:** Assegurar que todos os alunos e alunas da rede municipal recebam alimentação adequada, priorizando produtos da reforma agrária e de pequenos produtores.
- ✿ **Cumprir a Lei Federal nº 14.164/2022:** Implementar a Lei que altera a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) para incluir no currículo da Educação básica conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher e instituir a Semana Escolar de Combate à Violência Contra a Mulher.

-  **Estabelecer espaços seguros e de apoio para vítimas de violência:** Criar e manter espaços de apoio nas escolas para alunos e alunas vítimas de violência doméstica e/ou sexual, oferecendo acompanhamento psicológico e suporte contínuo
-  **Oferecer treinamento em igualdade de gênero para todos os/as funcionários/as da escola:** Proporcionar formação regular sobre igualdade de gênero, preconceitos e discriminação para todos/as os/as trabalhadores e trabalhadoras da escola, incluindo administração, professores/as e funcionários/as de apoio.
-  **Assegurar a aplicação das Leis 11.645/2008 e 10.639/2003 e promover a formação continuada dos professores/as:** Exigir a implementação efetiva das Leis 11.645 e 10.639, que obrigam a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares. Garantir a formação continuada para professores/as sobre estes temas, assegurando que possam abordar com competência e sensibilidade a diversidade étnico-racial, promovendo um ambiente educacional inclusivo e respeitoso.
-  **Debater a diversidade de gênero e sexualidade:** Incluir no Plano Municipal de Educação (PME) o debate transversal sobre diversidade de gênero e sexualidade, prevenção de IST/HIV/AIDS, enfrentamento da LGBTfobia, e promover uma cultura de paz nas escolas.
-  **Garantir o respeito ao nome social dos alunos e alunas.**

-  **Promover a educação financeira para mulheres e meninas:** Incluir no currículo da Educação básica e em programas extracurriculares a educação financeira, com foco na autonomia econômica das meninas e mulheres.
-  **Incentivar a participação feminina em atividades extracurriculares:** Promover a participação ativa de meninas em atividades extracurriculares como esportes, clubes de debate e projetos científicos, garantindo que elas tenham as mesmas oportunidades que os meninos.
-  **Implementar programas de empoderamento feminino nas escolas:** Criar e apoiar programas educacionais que incentivem o empoderamento das meninas e mulheres jovens, abordando temas como autoestima, liderança e direitos das mulheres, em especial meninas negras.
-  **Valorizar os profissionais da Educação:** Garantir formação, carreira, remuneração, condições de trabalho e saúde adequadas. Realizar concursos públicos para todos os cargos, revisar o plano municipal de carreiras, adotar políticas de ocupação séria dos cargos educacionais, pagar o piso nacional e proporcionar condições dignas de trabalho.
-  **Adotar programas de saúde integral:** Implementar programas de atenção à saúde mental e integral para alunas/os, educadoras/es e servidoras/es da Educação.
-  **Estabelecer parcerias com organizações feministas e de direitos das mulheres:** Colaborar com organizações que trabalham pelos direitos das mulheres para promover eventos educativos, workshops e outras atividades que fortaleçam a Educação em direitos de gênero e



TRABALHO, EMPREGO E RENDA

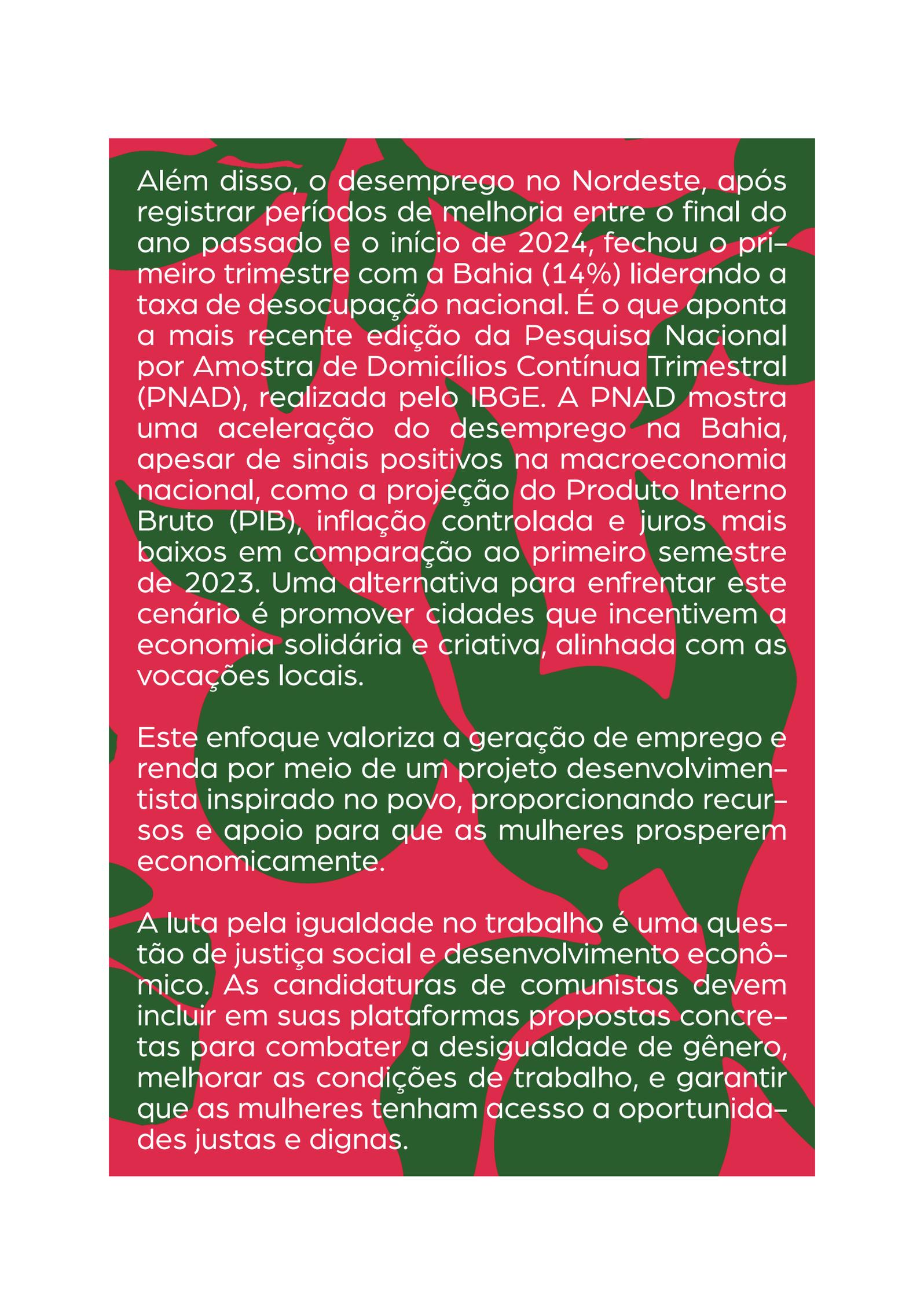
A participação das mulheres no mercado de trabalho é fundamental para o desenvolvimento econômico e social das cidades. No entanto, dados recentes revelam que, apesar de serem chefes de família em mais de metade dos lares brasileiros, as mulheres, especialmente as negras, continuam a receber salários significativamente menores do que os homens. Na Bahia, por exemplo, de acordo com o 1º Relatório de Transparência Salarial, as mulheres ganham, em média, 17,3% menos que os homens, com diferenças ainda maiores em cargos de liderança. A Lei da Igualdade Salarial (Lei nº 14.611/2023), sancionada pelo presidente Lula, representa um avanço importante na luta pela equidade de gênero, mas sua implementação efetiva é fundamental para garantir que as mulheres recebam salários justos e tenham igualdade de oportunidades.

As mulheres negras são as mais afetadas, não apenas pela desigualdade salarial, mas também pela precariedade das condições de trabalho. Elas são maioria nas ocupações de baixa qualificação e enfrentam uma alta taxa de informalidade, o que agrava a falta de proteção e direitos trabalhistas. A informalidade atinge cerca de 50% das mulheres na Bahia, um índice muito superior à média nacional.

Outro desafio crítico é o acúmulo de responsabilidades não remuneradas, como cuidados domésticos, educação dos filhos/as e cuidado com idosos/as, que impõe uma sobrecarga significativa às mulheres. Esta carga adicional limita a participação das mulheres no mercado de trabalho formal, no desenvolvimento de suas carreiras, na continuidade dos estudos, na prática de hobbies, lazer e atividades esportivas, por exemplo. É fundamental reconhecer que o cuidado doméstico e familiar não deve ser visto como uma responsabilidade exclusiva das mulheres. Esta visão é reforçada por um sistema capitalista que valoriza o trabalho produtivo, geralmente associado aos homens, e desvaloriza o trabalho reprodutivo, predominantemente realizado por mulheres. Essa divisão desigual perpetua a ideia de que o trabalho das mulheres é menos valioso, tanto econômica quanto socialmente.

O mercado de trabalho ainda impõe barreiras significativas às mulheres, como o "teto de vidro", que limita o acesso a posições de liderança, e a penalidade da maternidade, que afeta o avanço profissional e salarial. A criação de incentivos para a contratação de mulheres, especialmente negras e LGBTQIAPN+, e a implementação de políticas de apoio, como licença parental estendida e auxílio-creche, são passos importantes para promover a equidade no mercado de trabalho.





Além disso, o desemprego no Nordeste, após registrar períodos de melhoria entre o final do ano passado e o início de 2024, fechou o primeiro trimestre com a Bahia (14%) liderando a taxa de desocupação nacional. É o que aponta a mais recente edição da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNAD), realizada pelo IBGE. A PNAD mostra uma aceleração do desemprego na Bahia, apesar de sinais positivos na macroeconomia nacional, como a projeção do Produto Interno Bruto (PIB), inflação controlada e juros mais baixos em comparação ao primeiro semestre de 2023. Uma alternativa para enfrentar este cenário é promover cidades que incentivem a economia solidária e criativa, alinhada com as vocações locais.

Este enfoque valoriza a geração de emprego e renda por meio de um projeto desenvolvimentista inspirado no povo, proporcionando recursos e apoio para que as mulheres prosperem economicamente.

A luta pela igualdade no trabalho é uma questão de justiça social e desenvolvimento econômico. As candidaturas de comunistas devem incluir em suas plataformas propostas concretas para combater a desigualdade de gênero, melhorar as condições de trabalho, e garantir que as mulheres tenham acesso a oportunidades justas e dignas.



Ampliação de Serviços de Cuidados e Proteção

Social: Ampliar a oferta de serviços como creches, pré-escolas, escolas em tempo integral e centros de cuidados para crianças e pessoas idosas. Proteger socialmente as mulheres que se dedicam exclusivamente a atividades não remuneradas e modalidades de trabalho flexíveis. Investir em serviços sociais voltados para as mulheres, como lavanderias coletivas, hortas e restaurantes comunitários, promovendo a redução e redistribuição do trabalho doméstico.



Cultura do Compartilhamento de Responsabilidades

des: Promover a cultura de compartilhamento de responsabilidades domésticas e de cuidados entre homens e mulheres, através de ações educativas e políticas compensatórias para as mulheres. Isso inclui flexibilidade no trabalho, proteção social, licença maternidade e paternidade estendidas e compartilhadas.



Redução da Carga Horária para Servidores/as Públicos/as

as: Garantir a redução da carga horária de trabalho para servidores/as públicos/as municipais que tenham a guarda de dependentes com deficiência, sem prejuízo salarial.



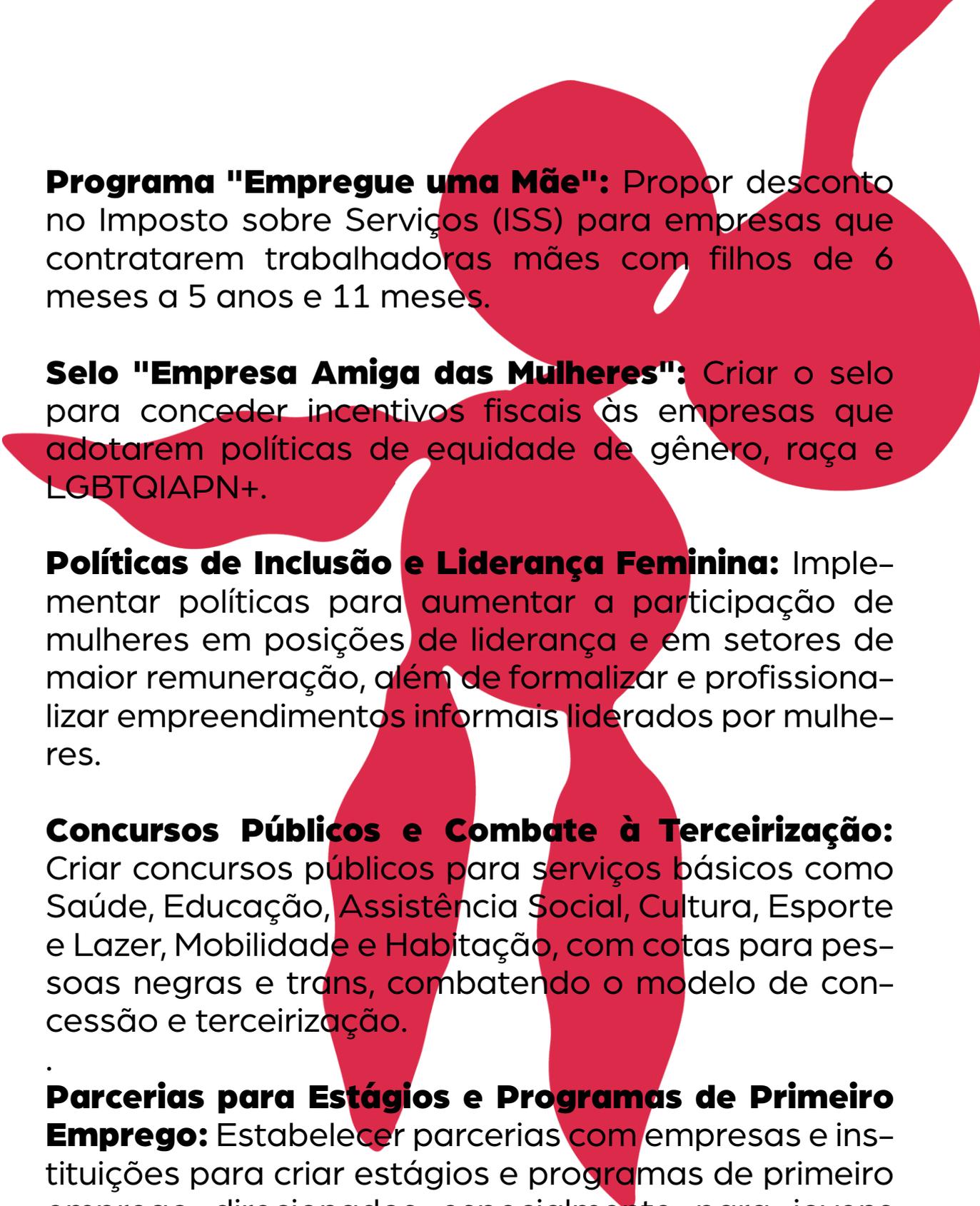
Licença Menstrual:

Garantir licença de três dias consecutivos por mês para mulheres que comprovem sintomas graves associados ao fluxo menstrual, sem prejuízo salarial.



Licença Maternidade Estendida:

Ampliar o período de licença maternidade para as servidoras públicas municipais, garantindo licença-maternidade estendida e remunerada.

- 
- ❁ **Programa "Empregue uma Mãe":** Propor desconto no Imposto sobre Serviços (ISS) para empresas que contratarem trabalhadoras mães com filhos de 6 meses a 5 anos e 11 meses.
 - ❁ **Selo "Empresa Amiga das Mulheres":** Criar o selo para conceder incentivos fiscais às empresas que adotarem políticas de equidade de gênero, raça e LGBTQIAPN+.
 - ❁ **Políticas de Inclusão e Liderança Feminina:** Implementar políticas para aumentar a participação de mulheres em posições de liderança e em setores de maior remuneração, além de formalizar e profissionalizar empreendimentos informais liderados por mulheres.
 - ❁ **Concursos Públicos e Combate à Terceirização:** Criar concursos públicos para serviços básicos como Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura, Esporte e Lazer, Mobilidade e Habitação, com cotas para pessoas negras e trans, combatendo o modelo de concessão e terceirização.
 - ❁ **Parcerias para Estágios e Programas de Primeiro Emprego:** Estabelecer parcerias com empresas e instituições para criar estágios e programas de primeiro emprego direcionados especialmente para jovens mulheres, com o objetivo de facilitar sua entrada no mercado de trabalho. Os programas devem estar alinhados ao desenvolvimento educacional das participantes, garantindo carga horária justa, que permita a conciliação com os estudos. Além disso, é importante oferecer suporte na capacitação profissional, visando uma transição suave e eficaz para o ambiente de trabalho.



Criação de Centros de Formação e Capacitação:

Estabelecer centros municipais de formação e capacitação para mulheres, oferecendo cursos em áreas técnicas, tecnológicas e de gestão, com ênfase em habilidades digitais e inovação. Isso inclui programas de mentoria e networking para ajudá-las a acessarem e se destacarem em setores de alta demanda e melhor remuneração.



Incentivo à Agricultura Familiar e Agroecologia:

Estimular a agricultura familiar de produtos agroecológicos em áreas periurbanas, hortas comunitárias em bairros periféricos e terrenos ociosos em áreas centrais. Desenvolver um plano de compras pela prefeitura de produções cooperativas, pequenos produtores e beneficiários da reforma agrária, para geração de emprego e combate à fome urbana.



Renda Básica Municipal:

Implementar um programa de renda básica municipal para as famílias mais vulneráveis, incluindo pessoas em situação de rua, desemprego, informalidade, doença, prostituição, violência doméstica e maternidade solo. Garantir uma renda mensal de um salário mínimo, financiada pela cobrança de devedores ativos do município, especialmente grandes bancos.



Microcrédito e Apoio ao Empreendedorismo

Feminino: Desenvolver um conjunto de medidas integradas para fomentar o empreendedorismo feminino, incluindo a implementação de linhas de microcrédito específicas para mulheres empreendedoras, incentivo à formação de cooperativas de trabalho feminino e apoio à micro e pequenas empresas. Oferecer consultoria, treinamento e acesso a financiamentos, além de estabelecer feiras e eventos para promover produtos e serviços de mulheres empreendedoras. Apoiar a participação dessas mulheres em programas de incubação e aceleração de negócios, fortalecendo empreendimentos de economia solidária.



Reforma Tributária para Distribuição de Renda:

Propor uma reforma tributária para garantir uma distribuição de renda mais justa, aumentando a alíquota de ISS para instituições financeiras e de IPTU para grandes propriedades imobiliárias.

CULTURA

A cultura desempenha papel fundamental na construção da identidade de uma cidade, refletindo a diversidade de seus habitantes e promovendo coesão social. No entanto, o acesso à cultura ainda é desigual, especialmente para mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTQIAPN+ e outros grupos marginalizados. As desigualdades são evidentes na representação e participação destes grupos na produção cultural, nos espaços de decisão e nos recursos destinados à cultura.

Para as mulheres, o cenário cultural é marcado por desafios que incluem a falta de visibilidade e reconhecimento, além de barreiras socioeconômicas que limitam o acesso a oportunidades. A sub-representação de mulheres em cargos de liderança em instituições culturais, a escassez de apoio financeiro para projetos liderados por mulheres e a dificuldade de acesso a espaços culturais são questões recorrentes. Mulheres de comunidades marginalizadas, em particular, enfrentam dificuldades adicionais, como a falta de infraestrutura cultural inclusiva e

A educação cultural é essencial para o empoderamento feminino, pois promove a valorização das histórias e contribuições das mulheres na sociedade. No entanto, a falta de uma política equitativa impede o reconhecimento pleno da diversidade cultural. As narrativas culturais predominantes frequentemente invisibilizam as experiências e legados das mulheres, reforçando estereótipos e desigualdades.

A promoção de políticas culturais que contemplem a perspectiva de gênero é, portanto, fundamental para corrigir estas desigualdades. Estas políticas devem garantir às mulheres de todas as origens o acesso igualitário aos recursos e oportunidades culturais, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e diversa. A valorização da cultura produzida por mulheres é um passo essencial para enriquecer o tecido cultural da cidade e fortalecer sua identidade. Para alcançar estes objetivos, apresentamos a seguir um conjunto de propostas que visam promover a inclusão e a equidade no setor cultural.

- ☀ **Linhas Especiais de Financiamento para Mulheres na Cultura:** Criar linhas de financiamento específicas para a arte, atividades, iniciativas e empresas culturais lideradas ou geridas por mulheres.
- ☀ **Incentivos para Empresas Culturais com Emprego Feminino:** Estabelecer incentivos para empresas ou empreendimentos culturais que empreguem mulheres, garantindo sua presença em postos criativos ou de liderança.
- ☀ **Programa Cultura sem Assédio:** Implementar o programa "Cultura sem Assédio," que incluirá legislação específica, campanhas educativas, canais de denúncia, medidas de sanção a assediadores, além de equipamentos e equipes de acolhimento e apoio. Estabelecer parcerias com sindicatos do setor cultural, o Judiciário e a Segurança Pública.
- ☀ **Vale Cultura para Mulheres:** Criar o programa "Mulher Vale Cultura," inspirado no Vale-Cultura nacional, para proporcionar acesso a espetáculos, espaços e escolas de cultura e arte, leitura, cinemas, entre outros, para mulheres trabalhadoras de baixa renda.



Festival de Cultura Feminina: Organizar um festival anual dedicado a celebrar e promover a produção cultural feminina, com destaque para música, teatro, artes visuais, literatura e cinema produzidos por mulheres. O evento pode incluir workshops, debates e painéis sobre temas como igualdade de gênero na cultura.

Rede de Apoio a Artistas Mães: Estabelecer uma rede de apoio para artistas que são mães, oferecendo serviços como creches durante eventos culturais, horários flexíveis para ensaios e apresentações e programas de mentorias específicas para conciliar a maternidade com a carreira artística.

Programa de Promoção da Literatura Feminina: Criar um programa que incentive a leitura e a escrita de mulheres, com iniciativas como clubes de leitura focados em autoras, concursos literários e apoio para a publicação de livros escritos por mulheres.

Apoio à Cultura LGBTQIAPN+ Feminina: Desenvolver projetos culturais que apoiem e promovam a expressão artística de mulheres LGBTQIAPN+, incluindo a criação de espaços seguros para performances, exposições e discussões.

Cultura e Empoderamento Digital: Implementar programas que capacitem mulheres a utilizarem tecnologias digitais para criar e divulgar conteúdos culturais, incluindo treinamentos em produção audiovisual, mídias sociais e marketing digital.

MEIO AMBIENTE E CRISE CLIMÁTICA

Em 2023, a Bahia enfrentou um longo período de seca, levando muitas cidades a decretarem situação de calamidade pública. O semiárido baiano, que ocupa cerca de 70% do estado, está cada vez mais ameaçado pela desertificação causada pelo aquecimento global, intensificando eventos climáticos extremos.

O ano de 2023 foi o mais quente da história, com a temperatura média global ficando quase 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais, segundo o Observatório Copernicus. No Brasil, o recorde de desastres naturais incluiu 1.161 eventos como enchentes, deslizamentos de terra e transbordamento de rios, resultando em 132 mortes, 600 mil desabrigados ou desalojados e quase R\$ 25 bilhões de prejuízos econômicos, de acordo com o Cemaden.

O programa Bahia +Verde trouxe novas perspectivas para o desenvolvimento de uma economia sustentável e projetos de educação ambiental. No entanto, os impactos ambientais atingem de forma desigual as comunidades em situação de pobreza e as pessoas mais vulneráveis socialmente são as primeiras e mais afetadas.

Mulheres e meninas estão no topo da vulnerabilidade climática, sofrendo desproporcionalmente os impactos de secas e inundações. Além de vulnerabilidades biológicas e sociais, elas têm menos acesso a recursos financeiros e à educação de qualidade. Além disso, pesquisas indicam que as mulheres poluem menos que os homens e têm estilos de vida que emitem menos gases de efeito estufa. Ainda assim, sofrem mais os efeitos das alterações climáticas. Mulheres estão mais cientes dos riscos e mais dispostas a adotar medidas para a proteção ambiental, como reciclagem e uso de energias eficientes.

Historicamente, no Brasil, as populações negra e indígena, especialmente feminina, são as mais afetadas pelas mudanças climáticas. Elas denunciam o racismo ambiental que sofrem em seus territórios, enfrentando falta de saneamento básico, água, coleta de lixo e desapropriações. No entanto, essas mulheres desenvolvem soluções comunitárias e tecnologias sociais ancestrais para enfrentar estes desafios, mas suas vozes são frequentemente ignoradas na formulação de políticas ambientais.

Além disso, é crucial valorizar a agricultura familiar em contraposição ao agronegócio. As pequenas agricultoras desempenham um papel vital na sustentabilidade alimentar e na preservação ambiental e precisam ser apoiadas como parte das políticas públicas de meio ambiente.

Assim, investir em igualdade de gênero é essencial para enfrentar a crise climática e os problemas ambientais. As mulheres são parte fundamental da solução e devem ser incluídas nas decisões e ações relacionadas ao tema. A sustentabilidade e o equilíbrio ambiental dependem da justiça social e da equidade de gênero.

Por isso, lutaremos por:

-  **Programa Mulheres e Sustentabilidade:** Criar um programa dedicado a apoiar mulheres em atividades e iniciativas voltadas para a sustentabilidade, como agricultura orgânica e energias renováveis. Oferecer capacitação, recursos e financiamento para projetos liderados por mulheres que visem a proteção ambiental e a adaptação às mudanças climáticas.
-  **Criação de Centros de Apoio Ambiental para Mulheres:** Estabelecer centros de apoio que ofereçam orientação, formação e suporte técnico para mulheres envolvidas em práticas sustentáveis, como reciclagem, gestão de resíduos e tecnologias verdes. Esses centros também fornecerão informações sobre políticas ambientais e direitos relacionados ao meio ambiente.
-  **Política de Inclusão das Mulheres nas Decisões Climáticas:** Implementar políticas que garantam a participação efetiva das mulheres, especialmente negras e indígenas, na formulação e implementação de políticas climáticas. Assegurar que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades consideradas nos processos de decisão sobre questões ambientais.
-  **Fomento à Agricultura Familiar e Pequenos Produtores:** Incentivar e apoiar a agricultura familiar e pequenas agricultoras que praticam métodos sustentáveis e contribuem para a segurança alimentar e a conservação ambiental. Oferecer subsídios e acesso a mercados para produtos cultivados de forma ecológica, promovendo alternativas ao agro-negócio.



Educação Ambiental com Foco em Gênero:

Desenvolver e implementar programas educacionais sobre mudanças climáticas e sustentabilidade que integrem a perspectiva de gênero. Garantir que as mulheres, especialmente em comunidades vulneráveis, recebam treinamento sobre práticas sustentáveis e adaptação às mudanças climáticas.



Redução do Desperdício e Economia Circular:

Criar incentivos para iniciativas que promovam a economia circular e a redução do desperdício, com foco em projetos liderados por mulheres. Implementar políticas que incentivem a reutilização e reciclagem de materiais e apoiar feiras e eventos que promovam produtos sustentáveis.



Fortalecimento da Participação Comunitária em Projetos Climáticos:

Apoiar a criação de comitês comunitários para gerenciar e implementar projetos de adaptação às mudanças climáticas, garantindo a inclusão ativa das mulheres nas tomadas de decisão e no desenvolvimento de soluções locais.



SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS

A segurança pública é um direito essencial para as mulheres, e a violência de gênero representa um grave desafio. Em 2023, o estado baiano registrou uma média alarmante de oito vítimas de crimes por dia, destacando a necessidade urgente de medidas eficazes para garantir a segurança e a liberdade de circulação das mulheres.

Embora a Bahia conte com 15 Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (Deams) e sete Núcleos Especializados de Atendimento à Mulher (Neams), além da Deam Online, que oferece atendimento 24 horas, a violência doméstica continua sendo uma crise persistente. A Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015) sancionada pelo presidente Lula, que classifica o feminicídio como um crime hediondo, não tem conseguido reduzir os casos que, frequentemente, envolvem companheiros ou ex-companheiros das vítimas. Recentemente, o estado registrou seis feminicídios em uma semana, todos cometidos por parceiros íntimos das vítimas.

Além disso, as mulheres das populações tradicionais, como indígenas e quilombolas, enfrentam uma realidade ainda mais desafiadora. Elas sofrem de maneira desproporcional com a violência e a discriminação, exacerbadas pela intolerância religiosa e pela falta de acesso a direitos fundamentais. As mulheres destas comunidades frequentemente enfrentam perseguições e violências adicionais devido ao seu pertencimento étnico e cultural. A falta de demarcação de terras e o racismo ambiental agravam suas condições de vulnerabi-

Para enfrentar questões como estas, é essencial desenvolver políticas públicas que abordem especificamente as necessidades das mulheres em situação de vulnerabilidade, garantindo não apenas a proteção contra a violência de gênero, mas também o apoio e o reconhecimento das populações tradicionais. É essencial promover a inclusão deste grupo nas decisões políticas e sociais, valorizando suas contribuições e assegurando que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas. **Assim, é preciso lutar por:**



Restruturação da Guarda Municipal: Reformular as técnicas de treinamento da Guarda Municipal para que sejam fundamentadas na promoção da democracia, do antirracismo, dos direitos humanos e na defesa das liberdades.

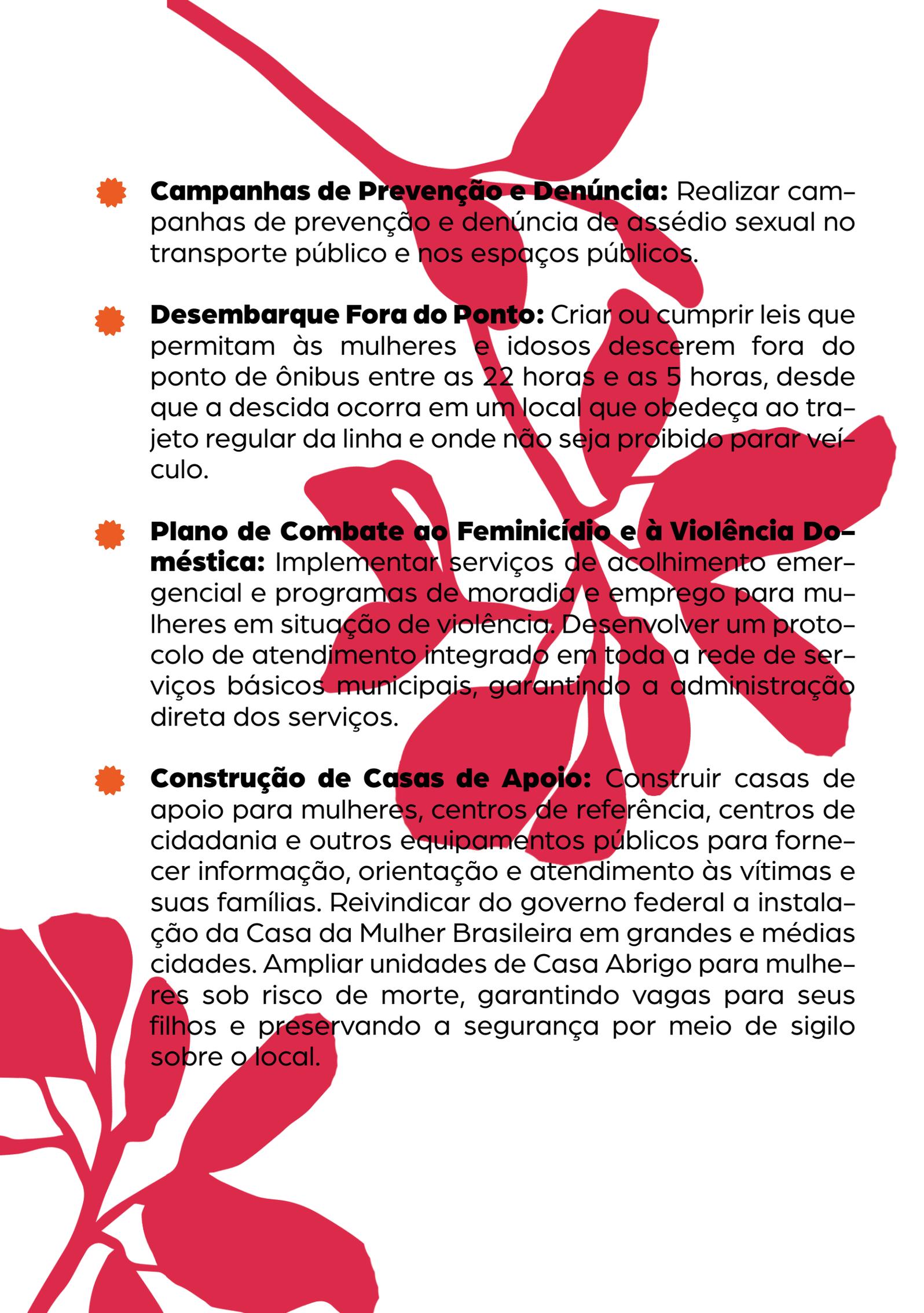


Fortalecimento da Ronda Maria da Penha: Fortalecer e, onde necessário, criar a Ronda Maria da Penha para fiscalizar o cumprimento de medidas protetivas e garantir a segurança das mulheres vítimas de violência.



Melhoria da Iluminação Pública: Incrementar a zeladoria e a iluminação pública em todas as ruas e praças das cidades, aumentando a sensação de segurança das mulheres e adolescentes.



- 
- A large, stylized pink floral graphic with several leaves and a stem, positioned in the background of the page. The leaves are simple, rounded shapes, and the stem is a single line. The overall style is clean and modern.
- ☀ **Campanhas de Prevenção e Denúncia:** Realizar campanhas de prevenção e denúncia de assédio sexual no transporte público e nos espaços públicos.
 - ☀ **Desembarque Fora do Ponto:** Criar ou cumprir leis que permitam às mulheres e idosos descerem fora do ponto de ônibus entre as 22 horas e as 5 horas, desde que a descida ocorra em um local que obedeça ao trajeto regular da linha e onde não seja proibido parar veículo.
 - ☀ **Plano de Combate ao Femicídio e à Violência Doméstica:** Implementar serviços de acolhimento emergencial e programas de moradia e emprego para mulheres em situação de violência. Desenvolver um protocolo de atendimento integrado em toda a rede de serviços básicos municipais, garantindo a administração direta dos serviços.
 - ☀ **Construção de Casas de Apoio:** Construir casas de apoio para mulheres, centros de referência, centros de cidadania e outros equipamentos públicos para fornecer informação, orientação e atendimento às vítimas e suas famílias. Reivindicar do governo federal a instalação da Casa da Mulher Brasileira em grandes e médias cidades. Ampliar unidades de Casa Abrigo para mulheres sob risco de morte, garantindo vagas para seus filhos e preservando a segurança por meio de sigilo sobre o local.

-  **Capacitação de Profissionais:** Promover capacitação contínua de profissionais da Saúde, Educação, Assistência Social e Segurança Pública para que estejam aptos a identificar e lidar com casos de violência de gênero.
-  **Monitoramento e Avaliação:** Implementar um sistema de monitoramento e avaliação contínua das políticas de segurança e direitos humanos, garantindo que as iniciativas sejam efetivas e ajustadas conforme necessário.
-  **Proteção das Líderes Comunitárias:** Desenvolver um programa específico de proteção e apoio para líderes comunitárias quilombolas e indígenas, que frequentemente enfrentam ameaças e violências devido à sua atuação em defesa dos direitos de suas comunidades.
-  **Combate à Intolerância Religiosa:** Implementar campanhas educativas e programas de formação em escolas e comunidades para combater a intolerância religiosa e promover o respeito à diversidade religiosa, com ênfase na valorização dos povos de terreiro e outras tradições religiosas afro-brasileiras e indígenas.
-  **Defender a demarcação e Proteção de Territórios:** Acelerar o processo de demarcação de terras quilombolas e indígenas e garantir a proteção destes territórios contra invasões e destruição ambiental, assegurando o direito das mulheres a viverem em suas terras de forma segura e sustentável.

nossa plataforma é colaborativa, DEIXE SUA PROPOSTA AQUI!



A **plataforma eleitoral** está em constante construção, buscando refletir a diversidade e as necessidades reais das mulheres. Para **fortalecer esse compromisso, criamos um espaço colaborativo no Padlet, onde todas as pessoas podem contribuir ativamente** e

Sugerir propostas, levantar temas importantes, e compartilhar exemplos de boas práticas em suas cidades são ações que ajudarão a enriquecer e fortalecer nossa agenda. Acreditamos que essa troca de ideias é fundamental para moldar políticas públicas mais justas, inclusivas e eficazes, alinhadas com os